



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Saúde
Deputado José de Matos Rosa

Assunto: Audição com carácter urgente dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde

Recorrentemente veem a público dificuldades na operacionalidade dos sistemas de informação dos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde. Dificuldades que atrasam as consultas, obrigam os doentes a voltar ao centro de saúde para levantar a receita que não foi possível passar porque o sistema estava “em baixo”.

A propósito das dificuldades dos sistemas informáticos, a Federação Nacional dos Médicos (FNAM) emitiu um comunicado que dá conta dessas mesmas dificuldades e que consequências têm para o dia-a-dia dos médicos, enfermeiros e utentes.

No comunicado é referido que os “médicos têm diariamente à sua frente distintos programas informáticos para prestar cuidados a um só doente: PEM para passar receitas, SCLINIC (ou outro sistema de acordo com a instituição) para registar informação médica no internamento e consulta, ALERT/SIRIU (ou outro sistema de acordo com a instituição) para registar informação no serviço de urgência, SER para registo de saúde eletrónico, SGTD para requisitar transporte de doentes, aplicações para consultar análises, aplicações para emitir pedidos de meios complementares de diagnóstico (cada tipo de exame tem a sua aplicação) e assim por diante...” acrescentando que “Como se não bastasse, os programas frequentemente «vão abaixo», bloqueiam ou simplesmente não funcionam”.

Posteriormente a este comunicado, outras estruturas representativas dos médicos, incluindo a Ordem, vieram a público corroborar os problemas com o sistema informático.

Hoje, dia 9 de novembro, foi tornado público que os Serviços Partilhados confirmaram os problemas e que “o caso está a ser acompanhado no terreno por técnicos para resolver a situação”.

Perante os constrangimentos e as consequências para os profissionais e para os utentes das dificuldades de operacionalidade dos sistemas informáticos, entende o Grupo Parlamentar do PCP que a Assembleia da República não se pode alhear de conhecer as medidas que estão a ser

tomadas para resolver os problemas dos sistemas informáticos que assolam o SNS, pelo que requer a presença, com carácter de urgência, dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde.

Assembleia da República, 12 de novembro de 2018

Os Deputados

Carla Cruz

João Dias

Paula Santos

N/Ref. INPA-57532-248GPXIII4º